

“SITUAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO: A QUEBRA DO CICLO E RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA”

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Introdução ao Projeto de Graduação 2014.01
Graduanda: Caroline Ossanes de Lima
Matrícula: 10100702
Orientador: Rodrigo Gonçalves

Introdução

Uma cidade localizada no sul do Brasil, Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui entorno de 670 Km² com quase 98% de seu território banhado pelo Oceano Atlântico, sua maior parte localizada na Ilha de Santa Catarina. Com características climáticas bem definidas de acordo com a localização, um clima subtropical, possui duas estações bem definidas, sendo verão e inverno bem característicos, o que atrai muitos turistas em busca de belas praias e paisagens.



Uma grande parte da economia do município se dá pelo setor de tecnologia que vem crescendo e se desenvolvendo, com a criação de pólos tecnológicos. Logo em seguida estão os setores de comércio, serviços, construção civil e turismo, impulsionando assim cada vez mais a nossa economia. Atingiu no censo de 2010 o terceiro melhor IDH do país, apesar de que com o crescimento acelerado cresce junto o índice de violência, diminuindo assim o padrão alcançado, já que este valor depende do índice de saúde, renda e educação.

Atrelado a isto, devido a fama por suas belezas, a capital tem recebido cada vez mais holofotes da imprensa e tem suas qualidades divulgadas país a fora, o que atrai um número cada vez maior de pessoas que migram para a cidade, tanto para turismo quanto em busca de trabalho e uma vida melhor. O número de habitantes no censo de 2010 era em média 420.000 e apresentou uma taxa de mais ou menos 20% de crescimento populacional, índice alto comparado a outras cidades da região Sul. E todo esse crescimento, além de atrair turistas e mais renda para a região atrai também pessoas em busca de um sonho, mas que chegam aqui e se deparam com uma outra realidade, uma cidade com um custo de vida alto, onde nem sempre é tão fácil se conseguir um trabalho, principalmente fora da temporada de verão, e que para ter um teto se gasta grande parte do salário. Isso tudo ocasiona uma situação que vem crescendo com o passar dos anos, o número de pessoas em extrema pobreza, que ao chegar a Florianópolis não conseguem um

trabalho tão fácil e sem ter dinheiro para voltar para suas cidades de origem acabam ficando pelas ruas, com trabalhos não regularizados e um modo de vida que não é digno de nenhum ser humano. A partir daí veio minha ideia para o trabalho, como é possível viver em uma cidade onde se tem um dos melhores padrões de vida do país e não olhar para o enorme número de pessoas que passam por nós todos os dias e não tem nem sequer algo para de chamar de vida.

Para tal é preciso entender de onde vem esse morar na rua, como a história influenciou, como eles vivem, quem são as pessoas em questão e suas histórias.

Por que Moradores de Rua?

Como já citado anteriormente minha ideia de trabalhar com essa parte da população menos favorecida veio do pensamento que não pode ser sadio e nem se tornar normal e corriqueiro a ideia de uma cidade com uma diferença de níveis e condições sociais tão grande, então quando se anda pelo centro da cidade e não se nota a quantidade de pessoas morando na rua, sentados no chão, pedindo dinheiro e comida, é porque algo está errado. Então o que vem na cabeça da maioria das pessoas é dar alimento e comida, não é errado, porém não é o ideal, é uma solução imediata e que voltará a se repetir dia após dia. Para resolver tal problema minha ideia foi propor uma solução um pouco mais complexa, que levará mais tempo para se concretizar, mas que irá ajudar uma quantidade maior de pessoas e será uma solução permanente, em longo prazo.

Essa parcela da população têm ganhado cada vez mais atenção da sociedade e setores do governo, tardio, talvez pelo fato de que sempre que se ia aprovar algum projeto para pessoas carente se pensa logo nas comunidades mais carentes, morros, comunidades da periferia e se esquecem ou querem esquecer e esconder que existem pessoas mais necessitadas que estas, e esse é meu objetivo, olhar para as necessidades de quem parece estar esquecido, que não tem seus direitos respeitados e não recebe a atenção a que tem direito.



Histórico

População em situação de rua não é um tema novo, pode ter começado a se estudar e tomar providências a pouco tempo, mas a sua existência quase sempre foi presente, apenas não eram notados ou simplesmente não recebiam a atenção necessária. Por muitos fatores essa condição foi surgindo nas grandes cidades, seja pelo avanço da tecnologia nos processos produtivos, pelo êxodo rural e fluxos migratório em busca de trabalho e a desvalorização da mão de obra de atividades de baixa qualificação.

Após o final do sistema feudal houve um grande êxodo em busca de trabalho nas grandes cidades, e todas essas pessoas não conseguiram ser absorvidas pelo novo sistema. Aí começam a surgir os subempregos e desemprego. De acordo com Mattei(2004, p.67) com a globalização: “há cada vez menos assalariados com garantia de permanecer no emprego e de poder construir a partir de sua condição de assalariado, um futuro garantido e digno.” e é isso mesmo que acontece.

Com o fim do sistema feudal e a chegada do capitalismo, que se caracteriza pela compra e venda de trabalho, essa parcela da população que não possui qualificação e não tem um histórico de permanência em um mesmo local se torna extremamente frágil e passível de se excluir da população em geral, gerando assim uma ampla desigualdade social. Historicamente esse fenômeno não é novo, mas tem crescido com o passar dos anos se tornando um problema não mais de ordem do governo como também de todo o povo que não pode admitir tamanho descaso e falta de consideração com os seres humanos que não vivem em nossas cidades e sim sobrevivem.

Pessoas em Situação de Rua?

Segundo a legislação brasileira, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, os moradores de rua são caracterizados da seguinte forma:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Esse grupo de caracteriza especialmente por não ter uma caracterização específica. São uma parcela da população que possui uma heterogeneidade em vários aspectos, desde pessoais, na forma em que vivem e na forma em que vieram parar nas ruas.

No ano de 2008 foi feita uma pesquisa nacional, que abordou moradores de 71 municípios brasileiros, identificou 31.922 pessoas com mais de 18 anos vivendo em situação de rua. Entre os municípios estudados não estão Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, pois estes já tinham pesquisas próprias, não se estima que o total de pessoas adultas em situação de rua identificadas representa, aproximadamente, 50.000 no país inteiro, sem contar com as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação e, principalmente, porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade, num período específico.

Com base nos dados dessa pesquisa, que foi realizada inclusive em Florianópolis, é possível intender um pouco melhor quem são essas pessoas que moram nas ruas. A grande maioria da população nessa situação é de homens entre 25 e 44 anos, que se declararam pardos e com um nível de renda entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais que vêm em sua maior parte, entorno de 70%, de alguma atividade remunerada como, por exemplo, catador de materiais recicláveis, flanelinha, construção civil, limpeza e carregador, porém apenas 2% possuem carteira assinada e 15% pedem dinheiro como meio de sobrevivência. Das pessoas entrevistadas 74% afirmou que sabe ler e escrever, apenas 8,3% somente assinam o próprio nome e o motivo para pararem na rua, em sua maior parte, assinalam três problemas principais: problemas com álcool e drogas, desemprego e desavenças com a família.

Quanto às necessidades mínimas para sobrevivência temos que em relação ao local que costumam passar o pernoite entorno de 70% das pessoas costumam dormir nas ruas, 20% em albergues e 10% alternam entre os dois, e isso foi justificado por ambos os lados, alguns assinalam que nos albergues nem sempre se encontram vagas, e quando conseguem têm sua liberdade privada pelos horários e proibição do uso de álcool e drogas, já os que tentam sair das noites da rua têm como principal problema o medo da violência sofrida. Já para alimentação 80% faz ao menos uma refeição por dia e 20% não conseguem se alimentar diariamente. Como higiene 30% tomam banho na rua, 30% em albergues, 15% em banheiros públicos e 5% em casa de parentes, e as necessidades fisiológicas 30% utilizam as ruas, 25% em albergues, 20% em banheiros públicos, 10% em estabelecimentos comerciais e 3% em casa de parentes.

Com base nos dados já citados podemos perceber que os albergues são mais utilizados para atividades durante o dia, para alimentação, higiene, e programas institucionais do que propriamente para o pernoite, devido aos fatos e problemas já citados desses espaços.

Quanto ao contato com a família, somente 35% possui um contato mais frequente, o que dificulta a tentativa de ressocialização do indivíduo. E para dificultar ainda mais essa reaproximação com a sociedade, 30% não possui quaisquer documentos de identificação, 90% não recebem benefícios dos órgãos governamentais e a maioria sofre com discriminações vindas da família e sociedade como um todo, que vão desde entram em estabelecimentos comerciais, transporte público, órgãos públicos até o atendimento na rede de saúde.

Já em Florianópolis, além de ser um dos municípios da pesquisa nacional, temos também o projeto abordagem de rua, vinculado a Secretaria de Assistência Social e Juventude da Prefeitura Municipal, que possui dados atualizados anualmente, dados estes que na sua maior parte segue essa linha de respostas da pesquisa nacional, porém aparece como diferenciado e potencializado, dentre outros fatores, na pesquisa nacional 45% das pessoas são do próprio município em que se encontram, 30% de outros município do estado e 25% de outras localidades, aqui em Florianópolis este quadro é diferenciado, 45% das pessoas vêm de outra localidade e apenas 30% são aqui da cidade, e isso influencia bastante nesse panorama municipal, pois aqui mais do que em outros lugares, o nome “pessoas em situação de rua” faz sentido. Muitas pessoas que vão parar nessa situação vêm de outros estados em busca de trabalho e uma melhora de vida, muitas vezes pela propaganda de que aqui se vive bem, que temos muitas vagas de trabalho, os homens, na grande maioria, deixam as famílias e vêm se aventurar, porém quando chegam aqui percebem que o custo para se manter até conseguir arrumar um emprego é muito alto, e que já não tem mais dinheiro para voltar para a cidade de origem, então o que lhes resta é permanecer nas ruas tentando conseguir trabalhos informais ou então procurar a prefeitura em busca de ajuda para comprar passagem, o que leva tempo e nesse período permanece morando nas ruas.

Outro aspecto que é bastante característico dos moradores de rua da cidade são que, por ser uma cidade onde temos as estações do ano bem definidas e com um turismo de praia, em determinadas situações o número e locais em que esses moradores se concentram varia, nos períodos de inverno, a população que procura abrigo aumenta incrivelmente no centro da capital, devido ao frio extremo que se encontra na região. Já nos períodos de verão à uma “debandada” dos indivíduos para as praias em busca dos empregos que abrem no verão para atender a demanda de turistas. Por isso, pela sazonalidade da quantidade de pessoas que necessitam de abrigo e atendimento e o local em que esses se encontram teremos um estudo mais aprofundado de qual a melhor forma de abordar e atender essas pessoas.

Por fim, com base nas últimas pesquisas e informações obtidas junto ao Centro Pop, o número de pessoas que se encontra em Florianópolis hoje em situação de rua é entorno de

400 pessoas, sua grande maioria homens, porém com um aumento significativo nos últimos anos de mulheres e um número pequeno de crianças.



Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

[...] Todo cidadão tem direito à garantia de sua promoção social, e é por meio da Política Nacional de Assistência Social que você garante o direito de ser atendido por uma rede de acolhida e serviços: abordagem de rua, centros de referência, casas de acolhimento (repúblicas, pensão), encaminhamento para retirada de documentos e projetos de inclusão produtiva.

Os serviços da rede de acolhida devem respeitar a realidade das pessoas e suas necessidades: flexibilização de horários, característica de grupos (familiares, deficientes, crianças, etc.). Os serviços devem oferecer ainda qualidade e conforto no atendimento, não podem ter mais de 50 pessoas por unidade e não mais de quatro pessoas por quarto. (Direitos de Morador de Rua, Ministério Público do Estado de Minas Gérias)

O objetivo principal dos programas de ajuda socioassistenciais é reestabelecer e fortalecer o vínculo com as famílias, reintegrar as pessoas à sociedade, ensinar novas práticas e experiências profissionais para assim possibilitar a conquista de novos projetos de vida e são destinados a pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia.

Esse serviço se dá por meio primeiramente das abordagens de rua, tentando incentivar os moradores a procurarem os centros de apoio em busca de higiene, alimentação, tratamento (no caso de uso de drogas ou álcool), internação (se por algum motivo ou doença) e em busca de oficinas e profissionalização, atendimento individual ou em grupo, havendo necessidade o encaminhamento para as casas de apoio.

É muito importante um cadastro atualizado das pessoas em situação de rua para haver assim um atendimento mais direcionado, saber a quantidade de pessoas necessitando de ajuda e assim um trabalho mais eficaz da ressocialização e ajuda por meio de outros benefícios do governo.

Os primeiros estudos sobre a população em situação de rua ocorreram recentemente, entorno de 1990, porém leis e direitos essa parcela da população só passou a ter muito tempo depois.

Legislação

A política de ajuda à população em pobreza extrema só começou a ser pensada depois do primeiro encontro nacional sobre população em situação de rua que ocorreu em Brasília, no ano de 2005, contou com a presença de entidades não governamentais e com representantes de municípios, do ministério do desenvolvimento e com estudiosos do tema. Teve como discussão principal os desafios e estratégias para a construção das políticas públicas para esse público alvo. Porém nesse encontro não passou de discussão, e da tomada de decisão que essa população precisava de um olhar diferenciado e da atenção do governo, terminou com o consentimento de todos de que precisava ser criada uma política privilegiando os menos favorecidos da sociedade.

Já em 2009, também em Brasília, no segundo encontro nacional os primeiros princípios e diretrizes dessa política foram sendo criados, então a lei 11.258 de 2005 modificou a Lei Orgânica da Assistência Social, incluindo a população de rua nos programas de amparo.

Art. 1o

O parágrafo único do art. 23 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – às pessoas que vivem em situação de rua." (BRASIL, 2005)

Então essa nova política criada modificou a Lei Orgânica da Assistência Social e incentivou a implantação de “centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social” (BRASIL, 2009).

Então para compreender melhor o quão amparados pela lei os moradores de rua se encontram, algumas leis onde são citados:

Lei nº 11.258 de 2005 - inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome), com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.

Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 do MDS – assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010 - reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).

Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010 - pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras Drogas (Decreto 7179, de 20 de maio de 2010).

Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMIC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.

Lei Nº 11.530, De 24 De Outubro De 2007 - Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

Art. 3º São diretrizes do Pronasci:

...

XIV - participação de jovens e adolescentes em situação de moradores de rua em programas educativos e profissionalizantes com vistas na ressocialização e reintegração à família; (Incluído pela Lei nº 11.707, de 2008)

Art. 4º São focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o Pronasci:

I - foco etário: população juvenil de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.707, de 2008)

II - foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; (Redação dada pela Lei nº 11.707, de 2008)

III - foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos; e (Redação dada pela Lei nº 11.707, de 2008)

IV - foco repressivo: combate ao crime organizado. (Redação dada pela Lei nº 11.707, de 2008)

Art. 5º O Pronasci¹ será executado de forma integrada pelos órgãos e entidades federais envolvidos e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele se vincularem voluntariamente, mediante instrumento de cooperação federativa.

§ 1º O trabalho desenvolvido pelo Protejo terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e tem como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a auto-estima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso socioformativo para sua inclusão em uma vida saudável. (Incluído pela Lei nº 11.707, de 2008)

§ 2º A implementação do Protejo dar-se-á por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas, culturais e educacionais e formação sociojurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas

comunidades em que vivem. (Incluído pela Lei nº 11.707, de 2008)

§ 3º A União bem como os entes federativos que se vincularem ao Pronasci poderão autorizar a utilização dos espaços ociosos de suas instituições de ensino (salas de aula, quadras de esporte, piscinas, auditórios e bibliotecas) pelos jovens beneficiários do Protejo, durante os finais de semana e feriados. (Incluído pela Lei nº 11.707, de 2008)

O morador de rua pode ter acesso a programas especiais de moradia provisória: repúblicas, pensão social, bolsa-aluguel, locação social e moradia definitiva, por meio de programas de habitação popular federal, estadual e municipal. As propriedades podem ser públicas ou privadas e devem cumprir a sua função social, conforme a Constituição Federal. (Direitos de Morador de Rua, Ministério Público do Estado de Minas Geras)

Quando um ou mais moradores de rua estiverem ocupando um imóvel ou área particular abandonados, por mais de 1 (um) ano, cuidando do espaço pacificamente e sem oposição do dono, poderão buscar o reconhecimento do seu direito de posse. E se permanecerem no imóvel, nas mesmas condições, utilizando-o como moradia, por 5 (cinco) anos, terão direito à propriedade. (Direitos de Morador de Rua, Ministério Público do Estado de Minas Geras)

Se uma ou mais pessoas utilizam como espaço de moradia terreno ou imóvel público em área urbana, por mais de 5 (cinco) anos seguidos, poderão lutar pela “Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia”, conforme artigos 1º e 2º da Medida Provisória 2.220/01. Nesse caso, se o Poder Público quiser retirar as pessoas, deverá garantir o direito de moradia no local ou nas proximidades. (Direitos de Morador de Rua, Ministério Público do Estado de Minas Geras)

Projeto de Lei 2.470/07, o qual altera a Lei 8.666/93, que inclui a contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos de administração pública. (Direitos de Morador de Rua, Ministério Público do Estado de Minas Geras)

Com base no que foi visto podemos concluir que pela lei os moradores de rua são amparados, com o passar dos anos e o conseqüente aumento do número de pessoas nessa situação a quantidade de leis e o amparo, segundo as leis, que os moradores recebem só aumenta, porém nas cidades esse aumento de amparo não é tão visível e nem tão sentido por quem lhe é favorecido. Então pretendo me apoiar nessas leis e verbas destinadas aos moradores de rua para viabilizar a construção do meu projeto.

¹ PRONASCI – [...]foi um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil,..., compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, que demanda intervenção de várias áreas do poder público, de maneira integrada, não apenas com repressão, mas também com prevenção. Sua implementação ocorreu pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. (<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRNN.htm> Acessado em 24/07/2014)

Siglas e Órgãos Importantes

Para compreender melhor o trabalho, os órgãos existentes, como funcionam os encaminhamentos, algumas siglas são importantes:

CADIUNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial

CAPS-AD - Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas

CENTRO-POP - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua

CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NAF-R - Núcleos de Atenção Psicossocial

NAPS - Núcleo de Apoio a Família Rodoviário

PAEFI – Serviço De Proteção E Atendimento Especializado A Famílias E Indivíduos

PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROADQ - Projeto de Atendimento a Dependentes Químicos

SEPREDI - Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Para tentar entender melhor como funciona o encaminhamento, para onde e quando as pessoas são encaminhadas de acordo com a situação em que vivem e o problema que estão passando é importante entender quais são os principais órgãos existentes, quem cada setor é responsável por atender, quais atitudes podem ser tomadas para tal e as formas de se conseguir os benefícios. Por consequente algumas definições de cada setor disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome:

SEMAS – É a secretaria municipal de assistência social e é esta que implementa o SUAS e promove serviços de proteção básica e especial aos cidadãos que necessitam, se orientando na PNAS e LOAS. Tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal,

familiar e social, capacitando o indivíduo para a vida e projetos futuros.

A secretaria de Florianópolis conta hoje com programas como o Prefeito Amigo da Criança, Cidade da Criança, Orçamento Criança e Adolescente (OCA), Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa (CIAPREVI) e o Centro de Referência para Mulher Vítima de Violência (CRMV). E vinculados a secretaria de assistência se encontram o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselhos Tutelares (Norte, Ilha e Continente), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal do Idoso (CMI), Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPD), Conselho Municipal da Mulher (COMDIM) e Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Aqui na cidade a porta de entrada para a ajuda as família se dá pelos CRAS, no caso da ocorrência da violação dos direitos e ameaça tudo começa pelo CREAS. Uma classificação foi criada para facilitar as portas de entradas e encaminhamentos para ajuda, então a divisão se dá da seguinte forma: Diretoria de Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

- Proteção social básica - A prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários são os objetivos da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Podemos caracterizar que recebe esse tipo de apoio pessoas que tem uma vida social abalada, pouco ou nenhum acesso a programas do governo, ausência de renda, fragilização no relacionamento com a família e vínculos frágeis de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
- Proteção social especial de média complexidade – Oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. Desenvolvem programas e serviços de atendimento, que tem como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. É quando ainda se tem a possibilidade e ressocialização do indivíduo com o intermédio da família.

- Proteção social especial de alta complexidade – Oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Esses serviços visam a garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

CRAS – Os centros de referência de assistência social desenvolvem um conjunto de ações de atenção às famílias, abrangendo o procedimento psicológico e social, com abordagens individuais ou grupais. Dentro dos centros que são decididas quais atitudes tomar com relação a pessoa de acordo com o problema relatado, ou acesso à benefícios, programas e projetos sociais.

CREAS - o centro de referência especializado de assistência social integra o SUAS, uma unidade pública, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

PAEFI – É o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos que fornece atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias com o objetivo de implementar a política de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência, abuso e/ou exploração e garantir os seus direitos fundamentais, o fortalecimento de sua auto estima e o restabelecimento do direito a convivência familiar. A única forma de encaminhamento é através da vara da infância e juventude.

SEPREDI - Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é um serviço que realiza atendimento psicossocial ao idoso e às pessoas com deficiência, em situação de violação de direitos, e suas famílias, visando à proteção e defesa de seus direitos, bem como o fortalecimento da estrutura e dos vínculos familiares. Desenvolve ações de acolhimento aos usuários, realizando averiguação de denúncias através de estudo e diagnóstico psicossociais, acompanhamento e orientações aos idosos, pessoas com deficiência e seus familiares, articulação com a rede de serviços, visitas

domiciliares, mediação de conflitos familiares, notificação ao Ministério Público e outros órgãos de Justiça.

CENTRO POP – É o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, um equipamento da proteção social especial de média complexidade responsável por servir como espaço de referência para o convívio grupal e social, desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Visa contribuir na preservação da integridade e autonomia da população em situação de rua, promovendo ações para reinserção familiar e comunitária, auxiliando através do trabalho da equipe técnica a construção de novos projetos de vida, sempre respeitando a escolha dos usuários e as especificidades do atendimento.

Abordagem Social (Rua) - O Serviço de Abordagem Social oferta de forma contínua e programada trabalho social de abordagem e busca ativa, identificando nos territórios a incidência de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua. Dessa forma busca a resolução de necessidades imediatas evitando os riscos que a rua oferece, promovendo encaminhamentos ao Centro POP, Hospitais Gerais, IPQ, demais serviços de saúde oferecidos pelo município, além de promover a articulação com outros atores da rede. O serviço se caracteriza enquanto proposta de atendimento sócio-educativo, com o compromisso restabelecer vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, identificando ainda situações de violação de direitos. São beneficiados por este, crianças, adolescentes, adultos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Serviço Especializado para População em Situação de Rua - Serviço responsável em assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Visa através de trabalho interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos, educadores sociais) prestar atendimento psicossocial, através do acolhimento das demandas identificadas, acompanhando e encaminhando os usuários do serviço para a rede socioassistencial e de saúde. Disponibiliza também alimentação (café da manhã, almoço e lanche) e higiene pessoal àquelas pessoas que se encontram em situação de rua.

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social – Criada para regulamentar a assistência social, mais precisamente artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que trouxe a assistência social caracterizada como um direito do cidadão e dever do estado.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

SUAS - Sistema Único de Assistência Social - Complementa a Lei Orgânica de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social - Visa à implementação do SUAS, indispensável para assistência no Brasil, pois:

Regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, distrital, estadual e federal. (BRASIL, 2005, p.13)

Alguns Princípios que regem a PNAS:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004)

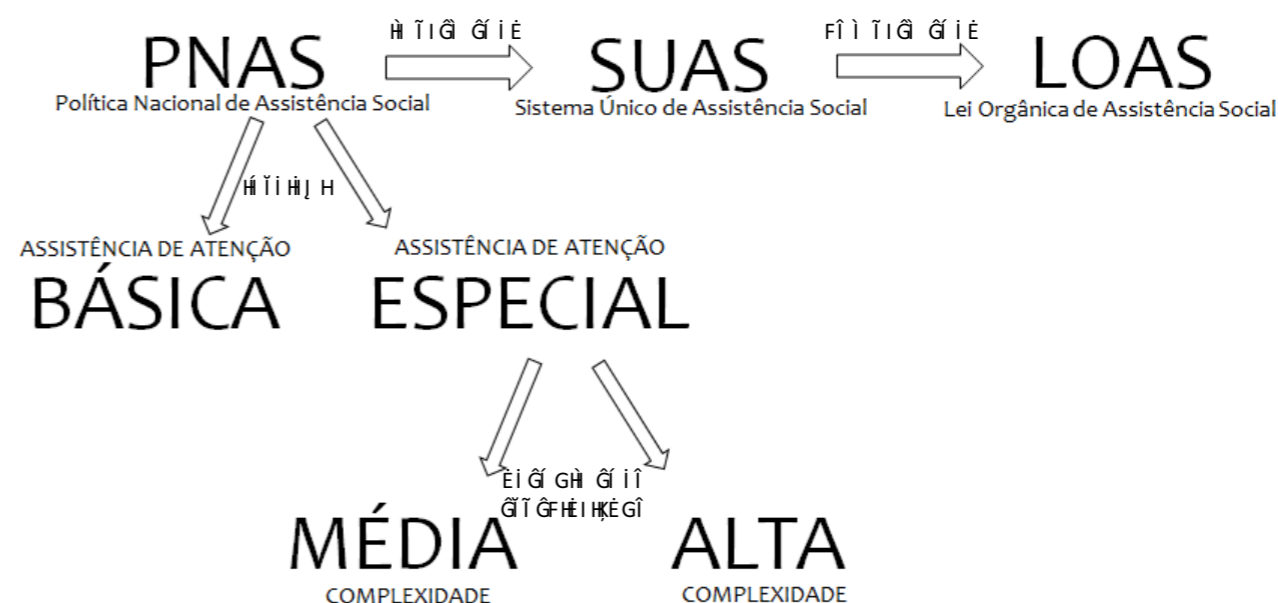
E a partir disso toma como diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2004)

Para entender melhor como funciona todo esse quadro burocrático esse esquema mostra como as funções e hierarquias dão certo.



Florianópolis e Municípios Vizinhos

Depois de analisar todas as formas e acessos à ajudas e benefícios é preciso ter uma noção mais precisa se temos em nossa cidade todos esses órgãos, o quanto estamos amparados, onde se localizam, enfim saber da situação da assistência social onde será implantado o projeto, no caso Florianópolis, e municípios vizinhos.

Começando por Biguaçu, cidade próxima a capital onde o número de moradores, segundo pesquisas divulgadas pela prefeitura, é de 30 pessoas, o município não possui nenhuma casa de apoio aos moradores de rua, que se amparam em moradores e igrejas para sobrevivência. Está sendo feito um estudo por pessoas da grande Florianópolis, desde o início de 2013, com o objetivo de conseguir melhoras e apoio do governo no amparo a essa população carente. Com o estudo tirou-se a conclusão que o principal motivo para a permanência desses moradores na rua é a falta de política pública. Só nesses moradores estudados existem 4 que estão a mais de 30 anos sem moradia, e sociedades civis organizadas acusam a prefeitura de se omitir alegando que não existe demanda no município para ações mais concretas.

A situação da Palhoça não é muito diferente, não possui casas de abrigo e passagem, porém a então secretária de assistência social Arlene Wagner afirmou que “existe na Enseada de Brito um frei que toma as devidas providências” (Notícias do Dia Online), outra vez tirando as responsabilidades, que são do governo, e passando à sociedade, ongs e igrejas. Pelo menos a secretária afirma estar em busca de recursos do governo federal para a implantação de uma casa de passagem. O número de moradores identificados na cidade foi de 40, no ano passado nos meses de frio 12 pessoas foram acolhidas em um ginásio de esporte.

Por já ter um histórico e número maior dos moradores de rua, São José conta com uma estrutura um pouco maior, possui um Centro Pop, uma casa de abrigo localizada na praia comprida, com uma capacidade para 45 pessoas.

Já Florianópolis conta com a assistência social mais preparada, porém com um número muito maior de pessoas morando na rua em um espaço concentrado, o Centro. Segundo informações são entorno de 400 pessoas morando nas ruas do Centro, a maioria passa os pernoites nas imediações da Avenida Hercílio Luz, a parte Leste do Centro como um todo, Praça XV, Largo da Alfândega, Terminal Urbano de Florianópolis (mais conhecido como Terminal Velho), as pontes e viadutos do entorno. A grande maioria dos moradores, como já foi visto, são homens entre 20 e 40 anos e com um número menor, porém crescente de mulheres. Podemos verificar essa situação andando pelo Centro, fazendo um trajeto Oeste/Leste essa situação fica bem clara, e essa concentração se dá por ser um local mais perto dos trabalhos realizados por eles durante o dia, por ser perto do Centro Pop, citado melhor mais a frente, onde têm higiene e alimentação. Enfim é um lugar rico de vida e pessoas, com uma carência muito grande de centros não só para o período da noite como também do dia, para oficinas, especializações e atendimentos. Então no meu projeto pretendo explorar essa potencialidade de vida da região para um aproveitamento dessa força de vitalidade e trabalho que hoje estão subutilizadas e subjugadas.

Então para começar esse projeto encontrei alguns projetos já existentes na capital, os quais terão importância no resultado final e que demonstraram problemas a serem enfrentados para o fim que desejo. Com alguns estudos percebi que um grande problema no encaminhamento e tirada das pessoas da rua se dá pelo fato de que eles se encontram na rua por diferentes motivos e tem diferentes motivos para sair dela também, dependendo muito da vontade dos moradores. Então para tal a cidade hoje conta com um Centro Pop, 4 unidades de CRAS no continente e 9 na ilha, 2 unidades de CREAS, CREAS/Ilha na Rua Rui Barbosa, nº 677, Bairro Agrônoma e CREAS/Continente Rua Arnaldo Cândido Raulino, nº 183, Bairro Estreito.

Espaços Existentes em Florianópolis

Então entrando mais a fundo na estrutura que a cidade possui conseguimos ter uma base de quantas pessoas deixam de ser atendidas e voltar a sociedade por falta de uma estrutura que é possível de se conseguir. Começando pelo Centro Pop, a base dos atendimentos, se onde as pessoas conseguem o meio de sobrevivência e de onde são encaminhadas para os setores necessários.

O Centro POP, criado em 2010, fica localizado em uma parte da Passarela do Samba Nego Quirido, s/nº em um espaço cedido pela Secretaria de Turismo, ocupando parte dos camarotes do Sambódromo. Alguns serviços realizados no centro podem ser citados como, por exemplo, a existência de salas para oficinas e capacitações, oficinas de artesanato, reciclagem, fotografia, música e sessões de cinema. Futuramente uma sala será destinada ao EJA (educação para jovens e adultos) e aulas de informática do comitê de democratização da informática (CDI). Crianças não são atendidas no local, estas ficam a cargo do concelho tutelar. Possui 8 salas e atende até 100 pessoas por dia, tem seu período de funcionamento das 8:00 as 19:00 horas. Só pode usufruir dos atendimentos e programas do POP tendo posse dos documentos de identificação, na ausência desses pode participar de 1 dia das atividades e “ajudas” do centro e depois disso eles ajudam a tirar os documentos porém só pode voltar quando eles estiverem prontos.

Lá fui informada que só existem, administrado pelo governo, 2 casas de passagem (onde só entra para permanecer mais tempo e ter tratamento e com vontade de trabalhar e mudar de vida), uma no centro e outra no Jardim Atlântico, albergue (para permanência de 10 dias, mais imediato) só existe o que é administrado pela Maçonaria e ainda existe um projeto do governo onde pretende-se restaurar dois casarios e construir um albergue noturno no centro de Florianópolis, para Agosto de 2014.

Na primeira visita ao local me deparei com uma situação em que na entrada, por ser uma passarela de samba e o local fica instalado sob as arquibancadas, tendo assim uma “cobertura”, os moradores ficavam na rua, em colchões improvisados e até mesmo sentados no chão ou em bancos, na rua, à espera do atendimento. Não há um local para espera nem antes nem durante os tratamentos.

Logo na chegada me deparei com um corredor estreito, sem condições agradáveis, onde fica a recepção, existe um balcão com um atendente recebendo as pessoas. Como não funciona 24 horas, se a pessoa chega antes do horário do atendimento o portão, que só abre no horário de expediente e se localiza na rua, sem ao menos uma cobertura, tem-se que esperar ao relento, em uma cidade onde chove bastante e temos alguns meses de muito frio não chega nem perto do ideal.

No local recebem 3 refeições diárias, atendendo no máximo 100 pessoas por refeição. Os atendimentos psicológicos são realizados em duplas, uma assistente social e uma psicóloga. Hoje o POP conta com duas psicólogas e uma assistente no período da manhã e duas assistentes sociais e uma psicóloga no período da tarde, o que caracteriza 1 dupla por período que consegue atender no máximo 6 pessoas por dia. Esse foi um dos grandes problemas relatados pelas assistentes sociais Marcela e Jamila. Além desses existem educadores (de nível médio) que auxiliam nos atendimentos gerais no centro, uma parte administrativa, uma cozeira, uma auxiliar de serviços gerais e um segurança.

No seu espaço físico conta com uma biblioteca com livros e mesas para leitura, porém como não tem pessoas para o acompanhamento, a sala só é aberta para a retirada dos livros, não podendo permanecer no local para leitura. Possui 4 banheiros e 5 chuveiros, com a divisão de feminino e masculino, sendo que só existe 1 adaptado que fica no banheiro feminino. E diversas salas que são utilizadas para oficinas como música, informática e artesanato. Porém essas atividades são ministradas por pessoas de fora, não tendo assim um período fixo, qualquer pessoa que tiver interesse e uma atividade para ministrar pode se inscrever na secretaria de assistência social e ir aplicar a atividade, mediante espaço disponível. Uma lavanderia e espaço para varal, uma sala para guardar volumes, durante o tempo de permanência.

Porém todo esse espaço relatado pertence à secretaria do turismo, e por se localizar em sua maior parte nos camarotes da passarela, sempre que esta tem eventos eles têm que tirar todas as coisas das salas, mover para outros locais e fechar o centro. E como já aconteceu algumas vezes os móveis são danificados, além do prejuízo para os usuário pelo tempo fechado.

Outro problema relatado devido ao local é a infiltração, por se localizar sob as arquibancadas, o sistema de água e esgoto, que não é pensado para um uso diário e quantitativo dos chuveiros, é normal a falta de água e entupimento do esgoto. Com o número de pessoas em situação de rua crescendo, o local que antes era grande agora já é “suficiente”, mas em breve pode ser pequeno. E esse problema não para no centro, se estende para as casas de apoio, que se encontram com o número de vagas insuficiente.

Existem 2 casas de apoio Masculina e 1 feminina em Florianópolis, mas antes é preciso entender qual a diferença entre os tipos de casa de acolhimento. Albergue noturno permite o pernoite de até 10 dias, as casas de apoio ou passagem é possível a permanência de até 3 meses, já os abrigos permitem um prazo maior, 6 meses ou mais. As casas existentes em Florianópolis foram abertas como casas de apoio, porém devido à demanda e a necessidade dos moradores, uma no centro e outra no Jardim Atlântico, já viraram abrigos, pois a maioria das pessoas que se encontram lá estão a mais de 6 meses, muitas têm problemas de saúde, e mental devido a drogas e bebidas alcoólicas, o que faz com que

morem permanentemente no abrigo, que possui 20 vagas em um e 30 em outro. Ou seja, se a pessoa ficar o tempo médio, 6 meses, só abre 1 vaga a cada 6 meses, ou quando alguém perde a vaga por largar o caps-ad (no caso de uso de drogas e bebidas). Como temos uma média de 300 a 400 pessoas morando nas ruas, e 50 vagas, nota-se que o número é insuficiente.

Quando são encaminhados para as casas o centro POP possui um veículo que leva a pessoa até o local. O governo já conseguiu uma casa para reformar e transformar em albergue, porém falta pessoal para trabalhar no local, a última informação é de que a casa abre até Agosto de 2014 com 60 vagas, terá uma parte para pessoas de fora da cidade que não têm condições para se manter logo que chegam e funcionará verdadeiramente como um albergue, para até 15 dias.



Abrigo institucional para homens adultos em situação de rua – Localizado na Rua Victor Meirelles, 226, Centro. Este abrigo fica aberto 24 horas, as pessoas encaminhadas pelo centro pop têm direito a refeições e pernoite, participam de oficinas e trabalhos de ressocialização até entrarem novamente no mercado. Consegue abrigar até 30 pessoas em 19 cômodos, com quatro quartos, cozinha, banheiros e área para alimentação.

Segundo informações do centro pop funciona como um abrigo com o tempo “idealizado” de permanência de 3 meses, porém a maioria mora a mais tempo no local, só pode ser encaminhado na posse de documentos de identificação, e que podem ser retirados com a ajuda do POP.



Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira - Localizado na Avenida Hercílio Luz, 506, Centro. Funciona com uma parceria entre comerciantes, maçonaria e a Polícia Militar (PM). Possui assistente social, psicóloga ou educador social. Tem capacidade para abrigar 20 homens e 10 Mulheres, funciona como uma moradia provisória, onde o morador pode permanecer em torno de 10 dias, e só pode ser atendido com a posse dos documentos.



Casa de Apoio Social ao Morador de Rua - Localizado na Rua Vicente Goulart, 186, Jardim Atlântico. Tem seu funcionamento 24 horas. Acolhe pessoas em situação de rua, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. Fornece cuidados básicos de higiene pessoal, alimentação, pernoite, acompanhamento de educador social, assistente social e

psicólogo, encaminhamento a rede de saúde. Com capacidade para 20 pessoas, podendo frequentar indivíduos acima de 18 anos, do sexo masculino, em situação de rua, na maioria dependentes químicos, com estreita ou nenhuma relação com o mercado de trabalho, com dificuldades de acesso a rede socioassistencial e aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Também só é permitido o acesso através do encaminhamento do Centro POP.

Funciona então como um abrigo inicialmente com tempo de permanência de 3 meses, porém a maioria mora a mais tempo no local, só pode ser encaminhado para o local na posse de documentos de identificação, que podem ser retirados com a ajuda do POP.

Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência - Esse serviço de acolhimento institucional funciona na modalidade de abrigo para mulheres em situação de violência. Oferece acolhimento provisório, inserido na comunidade, com características residenciais, e proporciona ambiente acolhedor respeitando as condições de dignidade dos seus usuários. Oferta atendimento individualizado e especializado, com vistas a conhecer a história da pessoa que está sendo atendida. Em função da necessidade o abrigo está funcionando provisoriamente atendendo mulheres acima de 18 anos em situação de rua e/ou violência acompanhadas ou não de seus filhos (crianças e adolescentes) que não estejam sob risco de morte e que necessitam de proteção em ambiente seguro e acolhedor.

Tem seu funcionamento por tempo Ininterrupto (24 horas), e o local não pode ser revelado, pois para lá são encaminhadas também mulheres vítimas de violência familiar, e portanto é sigiloso.

Abrigo de Crianças e Adolescentes – Funciona com um serviço de acolhimento provisório de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As atividades ofertadas se fundamentam no atendimento integral à Criança e ao Adolescente, numa dinâmica que se aproxime ao máximo do ambiente doméstico, familiar e comunitário, estando assim o serviço responsável pelo bem estar biopsicossocial da criança e do adolescente acolhido até que seja possível o retorno à família de origem ou colocação em família substituta. Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência. Capacidade de atendimento varia de acordo com o abrigo, mas varia entorno de 20 vagas, para adolescentes de 07 a 18 anos incompletos. Os encaminhamentos neste caso só pode ser feito pelos Conselhos Tutelares do Município, Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis ou Ministério Público.

Problemáticas Discutidas

Depois de entender um pouco de tudo que envolve o tema, moradores em situação de rua, o local que será tratado, números, leis que amparam, órgãos, quem são os usuários, o por que de pararem na rua, é importante começar a afinar os problemas, definir quais serão os principais pontos abordados no projeto para então definir quais as diretrizes serão tomadas para um melhor benefício dos beneficiados e da sociedade como um todo.

Para começar é importante saber depois de o porquê de pararem na rua, o motivo pelo qual não querem sair dela. Em muitos casos abordados a explicação dada foi a privação de liberdade, devido aos problemas com drogas e álcool, muitos não querem ir para um lugar onde terão que deixar de lado seus vícios, seus acompanhantes nessa vida na rua, e esse é um ponto a se pensar, um abrigo público, de propriedade do governo, tem regras que precisam ser seguidas. Será que o ideal é seguir a mesma linha de raciocínio de abrigos que já existem? Será que todas as regras têm que ser seguidas, ou o ideal é tentar beneficiar um maior número de pessoas?

Outro ponto que se destaca bastante na fala dessa parcela da população é o problema de abandonar outros companheiros de vida, os animais que são companheiros inseparáveis, e que não podem ser deixados de lado nem pelo pernoite, e também os instrumentos de trabalho. Muitos dos moradores de rua trabalham como catadores de material reciclado, sucata, enfim, têm carroças, carrinhos de carga e também não podem ser largados na rua no período da noite. Então esse projeto tem que abordar não só pessoas em busca de cama, também, mas não só. Tem que entender para quem se está projetando, o que cada um precisa, o espaço, enfim, ser específico.

A maior parcela da população são homens, porém existem casos de famílias, homem e mulher, mais raros em Florianópolis casos com a ocorrência de crianças, porém tem que ser previsto. Quem tem uma família não quer se separar e ir cada um para um lado em determinado período, quem já perdeu muito na vida tem medo de perder mais, os abrigos têm que pensar em todos os casos que podem vir a aparecer, estar preparado, ser um ambiente mutacional.

Mais um porém a ser pensado é que a cidade é turística, principalmente na temporada de verão, e com a vinda de muitas pessoas cria um número maior de migrações dos moradores de rua para as regiões de praia. E qual é o amparo deles ao se afastar do centro, será que há um ponto com banheiros e chuveiros nessa região, existe um lugar para pernoite. O projeto trata de uma cidade, que assim como os moradores é mutantes, muda o foco da fonte de renda dependendo da estação, e esse projeto tem que ser assim, tem que se adaptar a essas migrações, tem que conseguir abranger quem necessita, a quantidade de apoio e o suporte tem que ser estudada e pensada.

E por fim, mas não o último por definitivo, o problema apontado por assistentes sociais, e os finais de semana? Existem pessoas morando na rua que não tem “cara” de “sem teto”, existem pessoas que vão ao Centro POP todo dia pela manhã fazer sua higiene, tomar banho, usar roupas limpas (com o apoio da lavanderia), se alimentar para então seguir para a jornada de trabalho, este que é com carteira assinada, mas que não rende verba suficiente para conseguir um local para morar. E além destes, pessoas que vão à busca de uma higiene básica, não é por morar na rua que a pessoa precisa ficar estigmatizada por fazer as necessidades na rua, ser sujo e tudo mais que a sociedade impõe como imagem definida. Porém o Centro só abre de Segunda a Sexta-Feira, falta então um local de apoio, para no mínimo o básico para uma sobrevivência mínima. Banheiros públicos, que são pagos, só abrem aos Sábados até o horário de funcionamento das lojas, quem dirá aos Domingos. Então eles não fazem as necessidades aos finais de semana, não se alimentam? É algo a ser pensado, a alimentação conseguem resolver por meio de setores da sociedade que ajudam, igrejas, ongs, que estão dispostos a ajudar, mais isso não é um direito de todo cidadão brasileiro? Eles não podem sobreviver à mercê da bondade alheia.

Muitos problemas vão aparecendo ao longo do processo de conhecimento dos moradores de rua, eles têm muita riqueza, têm histórias de vida, podem ter um futuro, precisam somente de ajuda para voltar a viver em sociedade verdadeiramente, e eu pretendo continuar estudando e tentando entender os personagens, reais, do meu projeto.

Giorgetti (2006, p. 20) afirma que “[...] quanto maior for o preconceito negativo em relação ao morador de rua, menor a possibilidade de ele ter reconhecida sua cidadania”



PESSOAS

Projetos Existentes e Referências

Alguns projetos que existem e que podem ter alguns pontos levados em consideração e tirados como modelo de como fazer ou não.

Condomínio Exclusivo para Moradores de Rua em Curitiba

“Eles estão acostumados a não terem regras – mas, agora, precisam não só segui-las como ajudar a criá-las”. É este o desafio diário do Condomínio Social, onde moram pessoas em situação de rua, inaugurado no início do ano 2014 em Curitiba.

“Nem todo morador de rua quer chegar aqui. Muitos querem continuar a viver sem regras. Mas outros não”, diz a coordenadora da casa, a assistente social Marilis Baumel.

Esse é um problema que aparece em todas as regiões e lugares que lidam com essa população. Por isso algumas regras têm que ser criadas, só vai para o condomínio quem trabalha ou está em busca de trabalho e se compromete a manter a sobriedade ou quer buscar tratamento para dependência química, se for o caso. Os moradores têm um quarto, que dividem com até três pessoas, e um armário individual, com chave, precisam trabalhar ou estudar de dia, mas moram na casa, que tem espaços de convivência, como sala de jogos e videoteca, além de uma equipe de educadores sociais e técnicos à disposição. Todos participam da escala de limpeza do lar, ajudam na cozinha (há três refeições diárias) e se comprometem a manter a higiene do local.

A ideia é que os moradores permaneçam ali de um a dois anos, no máximo.

“Não adianta tirar da rua e colocar direto numa casa. A rua vai junto”, diz a presidente da FAS (Fundação de Ação Social de Curitiba), Marcia Oleskovicz Fruet. “Nesse período em que eles estão ali 'incubados' é que conseguem adquirir autonomia. É uma retirada sustentável da rua.”

A casa tem capacidade para abrigar 38 homens, entre 21 e 54 anos, na sua maioria romperam com as famílias e já tiveram contato com álcool e drogas.

Alguns depoimentos que mostram o sentimento de quem vai para o centro em relação ao lugar:

“Todo dia é um degrauzinho que você vai subindo”, conta Marcos Fabiano da Silva, 38. Ele é conhecido como “o síndico”, por ter sido um dos primeiros moradores e estar sempre cobrando as tarefas.

“A diferença aqui é o vínculo que eu fiz com os assistentes. No resgate [onde funciona o pernoite para moradores de rua], era tudo correndão. Aqui eu tenho apoio, eles me ouvem.”

“Esta é a parte bonita da FAS”, diz o morador Felipe Carpinelli, 54. “Lá embaixo, no resgate, é complicado.”

Problemas existem, recaídas de drogas, cerca de quatro meses depois da inauguração do condomínio veio à tona que alguns moradores, com a renda obtida com o trabalho, estavam comprando e vendendo drogas dentro da casa. Foi uma reviravolta: alguns foram desligados do projeto, e os que permaneceram pediram um endurecimento nas regras.

“Foi um divisor de águas”, conta a assistente social Niuceia de Fátima Oliveira, gerente de proteção especial da FAS. Numa reunião de três horas seguidas com os moradores, ficou acertado que ninguém sairia sem justificativa depois das 21h.

“Depois disso, estabelecemos uma presença permanente dos educadores. Porque os moradores pediram”, diz Oliveira. “Ficou claro que a renda do trabalho pode tanto levar à autonomia quanto ao caminho oposto.”

A equipe encara a criação do Condomínio Social como uma mudança de paradigma. “A sociedade, em geral, se preocupa com o velho e com a criança. O adulto que está na rua é vagabundo”, diz Baumel. “Eles ligam para retirar o morador da frente do portão não porque se preocupam com ele, mas porque é um incômodo.”

“Ter uma estrutura como o condomínio, com custo mensal e funcionários dedicados a isso, para a equipe, é uma mostra de que o resgate do morador de rua é uma prioridade”.

Ainda neste ano, a prefeitura pretende inaugurar outro condomínio, desta vez para mulheres.



Cozinha do condomínio. com a ajuda de uma cozinheira, os próprios moradores preparam suas refeições



Sala de convivência do Condomínio Social, em que se realizam as assembleias, duas vezes por semana, para definir as regras de convívio



O trabalho na cozinha é dividido por escalas. Os moradores precisam trabalhar no café, almoço e jantar

Casas de papelão em formato de origami propõem ser abrigo para moradores de rua

A questão da pobreza extrema que leva muitas pessoas a morar na rua é um problema mundial, e que na maioria dos países parece não ter saída. Enquanto nenhuma mudança efetiva acontece na vida de milhões de sem teto por todo o planeta, algumas ideias oferecem um lampejo de esperança, como iniciativas simples e imediatas para esta situação.

A designer norte-americana Tina Hovsepian, por exemplo, está empenhada em divulgar sua mais nova invenção, uma habitação provisória para suprir as necessidades mais essenciais das pessoas que não têm onde morar. O abrigo temporário fabricado em papelão com formato de origami já está sendo aplicado por ela em Los Angeles, que trabalha com a intenção muito maior de criar espaços de apoio mais amplos aos desabrigados. A inovação também integrou exposição em uma convenção de design na cidade. A pequena casa leva o nome de Cardborigami, mescla do inglês cardboard, que significa papelão, e origami, lembrando o leiaute que remete à arte japonesa de dobrar papel. Inclusive este é um dos trunfos do abrigo – ele é totalmente dobrável, e abre e fecha até poder ser carregado com facilidade e montado, em apenas um minuto, em qualquer lugar.

Com peso inferior a cinco quilos, o abrigo possui sistema para retardar o fogo e é revestido com um material resistente à água, o que protege o interior. O conceito surgiu em 2007, quando a profissional cursava o quarto ano na escola de arquitetura da University of Southern California. O material especificado para a fabricação foi selecionado depois de vários experimentos que demonstraram a capacidade isolante natural e as boas qualidades estruturais do papelão. A escolha pelo desenho inspirado nos origamis permitiu, completando a proposta, que os abrigos fossem compactos e portáteis, favorecendo o transporte por apenas uma pessoa sem dificuldades.



Projeto Lava Mãe

San Francisco é dita a capital dos desabrigados nos EUA, com quase 6.500 pessoas sem-teto durante 2013. Recentemente, os números da cidade colocam esse número em 4.300 pessoas, na verdade, vivendo nas ruas. Os moradores de rua são confrontados com inúmeros desafios, incluindo não ter acesso a água e sabão para um chuveiro, pois há apenas cerca de 20 chuveiros na região de San Francisco que eles podem usar. No entanto, Doniece Sandoval decidiu fazer algo sobre esta questão, iniciando o Lava Mae, um projeto que visa transformar os ônibus que foram desativadas pela prefeitura em chuveiros sobre rodas para os desabrigados. O projeto deve ser executado dentro de alguns meses, com planos de transformar ônibus que foram doados pela Administração Municipal de Transportes. Os ônibus serão equipados para que possam ser ligados a hidrantes espalhados pela cidade e eles acabarão por ser capazes de acomodar cerca de 200 pessoas por dia, que podem usá-los para tomar um banho. A Comissão de Serviços Públicos disse também que o ônibus pode usar as bocas de incêndio, desde que Lava Mae concorde em pagar para a água utilizada.

Cada um dos ônibus convertidos terá cabines para duas estações de chuveiro e o plano é ter ônibus suficientes para que possam acomodar as pessoas, com cerca de 2.000 chuveiros cada semana.

O projeto, que é executado com doações, tem meta orçamental no primeiro ano de \$365.000. Há patrocínio fiscais graças ao sem fins lucrativos Zero1, A Arte e Rede de Tecnologia, no entanto eles fazem plano de fazer um pedido para obter o status sem fins lucrativos próprio no próximo ano.



Spring Gardens por Peter Barber Architects

Peter Barber concluiu um centro de reabilitação para pessoas sem-teto em Lewisham, no sul de Londres. A primeira fase da instalação Spring Gardens é composta por dois edifícios, incluindo quarenta quartos, cada um com seu próprio banheiro e jardim privativo. O local onde possui um pé direito duplo é um hall de entrada envidraçado que percorre todo o comprimento do edifício e é usado como uma recepção, sala de jantar compartilhado e espaço de formação. A segunda fase, concluída em 2010, fornece alojamento para os residentes que estão se preparando para voltar para a comunidade.

Spring Gardens é único centro para desabrigados composta por 2 novos edifícios que formam um quadrilátero em 4 lados de um jardim paisagístico. É um projeto único, o principal abrigo (fase 1) é predominantemente um edifício 1 e 2 andares correndo ao longo da borda ocidental do jardim, subindo para 4 andares, onde uma torre característica enfrenta a entrada para o jardim. Espetaculares portas com pé direito duplo de vidro levam a um leve e arejado átrio de dois andares que corre todo o comprimento do edifício. O hall de entrada dispõe de vistas panorâmicas sobre o jardim e oferece espaços flexíveis durante o dia, treinamento, recepção e sala de refeições compartilhadas para os moradores. O átrio também fornece acesso a 40 quartos, cada um com seu próprio banheiro e jardim virado a sul privativo. No lado oposto do jardim um edifício em forma de C (fase 2) corre no leste, norte e sul do quadrilátero. O edifício é composto por três terraços de pequenas casas oferecidas a pessoas que deixarão a casa em um curto tempo os 'move on' que são quase semi independentes, alojamentos para mais 21 moradores que se preparam para o progresso do hostel e a viver de novo em comunidade.

"Eu não conseguia dormir nas 3 primeiras noites, eu estava aqui porque eu não podia acreditar que aquilo era para mim - eu pensei que eles estavam indo a perceber que era um erro e me mandarem embora!" Novo morador do Spring Gardens.



Alguns outros projetos que possuem algum ponto interessante:



BHA Abrigo para homens em Dibden Road, a edificação possui uma arquitetura que conversa com o bairro em que está inserido.



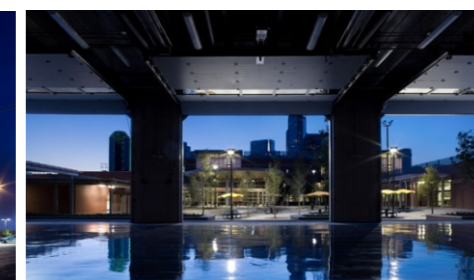
Cedars Estrada é um anexo de uma instalação localizada na parte traseira de um albergue para sem-teto existente em Clapham. O interessante é a arquitetura moderna e diferenciada indiferente do uso que irá ter.



Conjunto Habitacional – Barcelona – ONL Arquitectura - A imagem que passa é de uma edificação que muda e se adapta ao usuário, podendo se expandir, e isso é um ponto positivo.



Abrigo moderno para pessoas carentes em Dallas, que recentemente ganhou o AIA's National 2009 Housing Award.



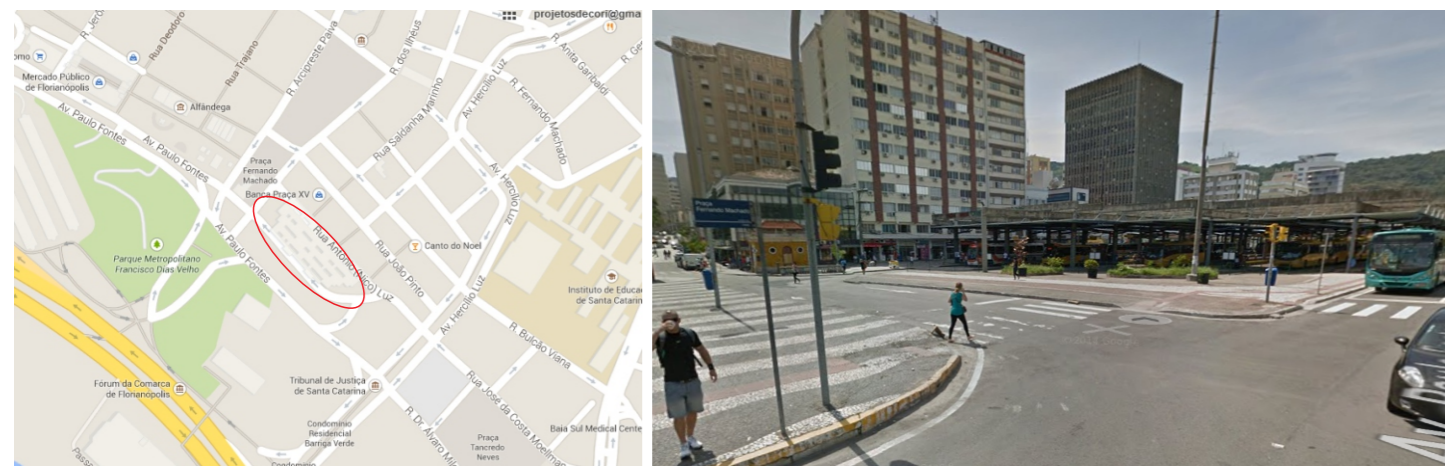
Proposta

Pensando em todos os pontos relevantes estudados a ideia é tratar de um problema social que cresce cada dia mais na sociedade, um problema que faz parte do nosso dia, que convivemos, mas que ao mesmo tempo não podemos deixar se tornar normal aos nossos olhos. Quero criar um projeto que possa realmente ajudar pessoas que necessitam e que seja viável, não que vá ser concretizado, mas que se viesse a ser estudado pudesse ser sim posto em prática.

Para tal pretendo entender a parte social do problema, porém com o foco principal na produção de uma edificação com o fim de ser um lar para pessoas que estão desprovidas deste. Um ambiente onde cada pessoa possa ser tratada como um usuário único, com um suporte para tratar os problemas psicológicos, entender o que existe por traz de cada um, ajudar para melhorar a qualificação enquanto pessoa, estudos e nível profissional. Incentivar a tornarem-se indivíduos melhores, com um futuro desejado possível, e assim fazer com que a minha arquitetura proposta possa fazer a diferença e melhorar a vida dessas pessoas.

Como área definida, não poderia ser outra senão uma região próxima à área onde permanecem e trabalham durante o dia, no caso escolhido, o Centro de Florianópolis. É uma região com muita vida, com um público variado, com uma infraestrutura definida e que possui um ritmo próprio, pontos estes que terão muita influência no projeto.

Através das procuras por terrenos apropriados, projetos feitos para a região e que consideramos que podem ser incorporados ao projeto final, acabamos por definir como área de intervenção a região do Terminal Cidade de Florianópolis e seu entorno. O que favorece uma das diretrizes do projeto, que é a inserção do prédio à cidade, espaços de livre acesso a todos, onde o fruto do trabalho dos moradores de rua poderia ser comercializado, e a partir daí começar a inserção no mercado de trabalho e sociedade.



O programa ainda não foi decidido, pois ainda falta muito estudo, além de aprofundar mais nos usuários do centro, porém algumas diretrizes foram traçadas:

- Criar um lar para os moradores de rua, fazer com que eles se orgulhem de onde vivem, ter um carinho e cuidar do local para quando estiverem preparados querer conquistar um lugar

assim para eles;

- Criar um centro de acolhimento com diferentes tipos de acolhida, espaço para os recém chegados, que estão tentando se livrar dos vícios da rua, um espaço separado para que já se livrou da rua mas ainda não está no momento de se preparar para viver sozinho, está em um período de tratamento e outro destinado a quem está quase pronto para sair, para começar a se adaptar a se virar sozinho. Enfim a ideia é fazer com que os ambientes projetados ajudem no ciclo da transição de tirada da rua de dentro de cada um;
- Áreas com espaço para animais de estimação e matéria de trabalho;
- Restaurante integrado ao público;
- Um espaço que integre os diferente órgãos de ajuda a população carente, para facilitar e agilizar o trabalho e cuidados;
- Espaço para oficinas de arte e ofícios e áreas com acesso público onde esses trabalhos pudessem ser vendidos, entre outras formas de estimular o contato entre os moradores e a sociedade;
- Estruturas complementares a edificação que pudessem circular pela cidade de alguma forma;
- Funcionamento 24 horas, todos os dias;
- Quartos e ambientes para diferentes sexos, casais e famílias;
- Banheiros e chuveiros bem equipados e distribuídos;
- Divisão de áreas entre público, semiprivado e privado;
- Uma edificação que permita a modificação do uso dos cômodos, modificação dos usos e a possível expansão da capacidade;
- Fazer um trabalho que seja sempre lembrado por quem passar por lá, para que quando sair e tiver sua própria casa queira voltar e ajudar os novos moradores a quererem alcançar a independência também, ou seja, tentar criar um vínculo com morador/assistente;
- Criar ambientes sombreados e vegetados para trazer o clima de conforme que só um ambiente “a par” da cidade consegue provocar;
- Uma arquitetura moderna que converse com a cidade e com os usuários;
- Materiais mais pessoais, quentes e aconchegantes;
- Sistemas buscando a sustentabilidade e redução de custos;
- Pensar em um sistema que consiga se manter sem muita renda vinda de fora, talvez inserir no térreo alguns serviços ou comércios que empreguem renda no empreendimento.

Por fim o projeto tenta alcançar o que a sociedade gostaria para suprir esse déficit social, o que o usuário espera de um lar, o que o governo espera de uma edificação social autossustentável e o que eu entendo por um projeto que faz sentido, que vai fazer a diferença para alguém e a forma que eu encontrei de criar uma solução verdadeiramente real, possível e que não é paliativa para pessoas que eu sempre quis fazer algo para ajudar e que nunca esteve ao meu alcance, se não dar um prato de comida, conversa e roupas.

Referências Bibliográficas

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=home&menu=0>

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/populacao-em-situacao-de-rua-cadastro-unico-e-servicos-socioassistenciais/arquivos/servicos-de-acolhimento-para-pessoas-e-familias-em-situacao-de-rua.pdf>

Fraga, Patricia. “A Rua de Todos”: um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Florianópolis, SC, 2011. 68 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviços Sociais. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

Raquel, Sara Alves. Desafios Para O Atendimento À População Em Situação De Rua Em Florianópolis: Um Estudo Do Núcleo De Apoio À Família-Rodoviário. Florianópolis, SC, 2012. 50 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviços Sociais. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

<http://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/06/02/conheca-o-condominio-exclusivo-para-moradores-de-rua/>

Visitas ao Centro POP Florianópolis – Contato com: Assistente Social Marcela, Assistente Social Jamila e a Administrativa Claudia.

Visitas ao Centro Cultural Escrava Anastácia – Contato com: Natália Coordenadora Administrativa e Ivone Assistente Social.

<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/edicoes/32/artigo194186-1.asp>

Gabiatti, Eliete Tanta. Moradores De Rua De Florianópolis E Suas Histórias De Vida. Florianópolis, SC, 2003. 84 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviços Sociais. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

GOMES, M. F. C. M.. Avaliação de Políticas Sociais e Cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA E SILVA, M. O. (Org.). Avaliação de Políticas e Programas Sociais- teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Veras Editora, 2010, v. 1, p. 17-34.

HÖFLING, E. M. . Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 21, n.20, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acessado em 07/05/2012

IAMAMOTO, Marilda Villela . Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: Ivanete Boschetti; Elaine Rossetti Behring; Silvana Mara de Moraes dos Santos; Regina Célia Tamasso Mioto. (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, v. , p. 13-43.

PEREIRA, Adelaide Marcelino. Abordagem de rua e o processo de trabalhos das educadoras sociais de rua. Florianópolis, SC, 2000. 68 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em : <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

POCHMANN, M. . Trabalho sob Fogo Cruzado. 1. ed. SAO PAULO: CONTEXTO, 1999. v. 1. 205 p. 50

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009 293p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.) . Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Veras, 2010. 172 p

VICCARI, Salette. Entre as exigências sociais e o assistencialismo: a dinâmica do projeto NAF-Rodoviário. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008/02.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. Família: redes, laços e políticas públicas. 2. ed São Paulo: Cortez, IEE/PUCSP, 2005. 316 p.

CASAGRANDA, Melissa. Dando visibilidade às mulheres moradoras de rua de Florianópolis. Florianópolis, SC, 2006 73f. TCC (Graduação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br>

_____. FLORIANÓPOLI. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria da criança adolescente, idoso, família e desenvolvimento social. Plano Municipal de Assistência Social. Florianópolis, 2009.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude. Relatório Anual, 2009. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/10_08_2010_18.37.22.d5cd46e0894c173ed0f47ca6ca5abadf.pdf> Acesso em: 18 out. 2011.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem Vocês Pensam que (Elas) São? Representações Sobre as Pessoas em Situação de Rua. Revista Psicologia & Sociedade, Florianópolis, n. 16 (2), p. 47-58, maio/ago, 2004.

SILVA, Maria Lucia Lopes Da. Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. 293 p. ISBN 978-85-249-1499-7.